

País quer US\$ 4,8 bilhões

Para manter um nível de reservas externas de 7 bilhões de dólares e pagar em dia todos os seus compromissos até dezembro, o Brasil está com um déficit de 4,8 bilhões de dólares no balanço de pagamentos, recursos a serem definidos em conjunto com os bancos credores, o Fundo Monetário Internacional e as agências oficiais de financiamento até o final do ano.

Segundo o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Sílvio Rodrigues Alves, esta é a posição brasileira, comunicada aos credores na reunião de Nova Iorque realizada no dia 8 de setembro. O comitê de Bancos Credores veio checar estes números aqui em Brasília, enviando o chefe do sub comitê de economia, Lawrence Brainard, vice-presidente do Bankers Trust Company.

Brainard deixou Brasília ontem e deverá agora comunicar aos bancos os valores obtidos no Banco Central, antes da reunião com os negociadores brasileiros: o secretário para assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, e o diretor da área externa do Banco Central, Arnim Lore, amanhã.

Este déficit de 4,8 bilhões de dólares inclui, além das reservas de caixa de 7 bilhões de dólares, em dezembro, aumento nos gastos com transportes internacionais e de importações. O Banco Central está prevendo compras externas de 18 bilhões, mantendo a previsão de um superávit de 16 bilhões de dólares, graças a exportações de 34 bilhões de dólares.

Só de juros e amortizações, afirmou Sílvio Rodrigues, o Bra-

sil pagou 3 bilhões de dólares no primeiro semestre e ainda permitiu a remessa de lucros, dividendos e a repatriação de capitais de 2 bilhões de dólares até julho.

PERDAS

A estes números, se soma a perda que o País registrou neste ano, em função do não-ingresso de recursos das agências governamentais — Banco Mundial, Fundo Nakasone e outros bancos oficiais — em consequências das dificuldades encontradas pelo Governo em fechar um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Se apesar de todas estas despesas o Brasil pretendesse pagar em dia todos os seus compromissos com os bancos credores e ainda manter suas reservas num nível de 7 bilhões de dólares, considerado "adequado" pelo Governo, o País registraria este déficit de 4,8 bilhões de dólares.

Para Sílvio Rodrigues, qualquer acordo é melhor do que um não-acordo e esta é a intenção do País: encontrar uma fórmula que permita chegar a este objetivo. Caso não seja possível este acordo, afirma Rodrigues, restaria ao Brasil gerenciar a saída de recursos até dezembro, de maneira a manter o mais próximo possível da meta de 7 bilhões de dólares de reservas em dezembro.

"Nossa situação é de entendimento com os bancos", disse o funcionário do BC, que participou das negociações em Nova Iorque no último dia 8. "Colocamos que a situação do País é a de quem não paga, porque não pode", disse.